

Subjetividades travestis em São Paulo (1970-1980): a vida militante de Andréa de Mayo e o gênero travesti

Marcio Almeida Nicolau¹

Resumo: Este artigo analisa a emergência das subjetividades travestis em São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, tomando como referência as histórias da militante travesti Andréa de Mayo. A pesquisa se concentra nos discursos presentes na imprensa, investigando os processos de assujeitamento e subjetivação, além das estratégias de desassujeitamento viabilizadas pela contínua autonarração. O objetivo principal é evidenciar como as travestis elaboraram suas próprias histórias e se posicionaram. A contribuição da pesquisa está em destacar a interseção entre militância e construção subjetiva, ampliando a compreensão sobre práticas de resistência e subjetivação.

Palavras-chave: Andréa de Mayo. Gênero. Travestis.

¹ Doutor em História. Pesquisador do LabQueer/PPHR/UFRRJ. E-mail: marcioalmeidanicolau@id.uff.br.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8601637599118077>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0033-8135>.

Introdução ou Considerações iniciais

Esta análise enfoca as formas de resistência reflexiva ao controle e à disciplina., Seguindo Butler (2013), pressupõe que a atitude crítica vai além de “apontar defeitos”, é um “movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade” (Foucault, 2004, p. 148). Ou seja, trata-se de um questionamento das estruturas históricas de poder, uma “indocilidade”, em termos foucaultianos. Não é um ato de coragem individual, faz parte de uma ética mais ampla do cuidado de si. Chamo essa prática de “coragem da verdade”, alinhado com Foucault (2011), uma indagação sobre as formas de compreender e categorizar o mundo.

Analiso aqui os discursos da imprensa, investigando os processos de assujeitamento, subjetivação e as estratégias de desassujeitamento por meio da autonarração. Proponho que a reflexividade surge na elaboração de si, ressignificando normas históricas que internalizamos continuamente. O objetivo é evidenciar a reconfiguração dessas normas na construção das singularidades travestis. A contribuição da pesquisa consiste em analisar a interseção entre as histórias de vida, a militância e a subjetivação travesti em São Paulo nas décadas de 1970 e 1980. Como os discursos da imprensa naqueles anos contribuíram para os processos de assujeitamento e construção subjetiva das travestis?

Em consonância com a abordagem de Foucault (2012b), concebo o discurso não como uma forma de comunicação, mas como uma prática que forja realidades históricas. Ao analisar as afirmações no discurso, enfoco os modos como essas afirmações são articuladas e os contextos em que surgem. A exploração das regras de formação das enunciações é central aqui para desnaturalizá-las.

Ao reconhecer que as práticas discursivas, a linguagem e as instituições possibilitam tanto o processo de subordinação pelo poder quanto a formação subjetiva do sujeito (Butler, 2019, p. 10), este texto adota uma perspectiva que leva em conta a

contingência e a mutabilidade dessa construção. Ao ressaltar a indeterminação e as tensões, destaco a percepção do gênero como performatividade (Butler, 2015).

A performatividade de gênero refere-se à maneira como os indivíduos se constituem como sujeitos em relação ao poder, um processo histórico. Não se deve confundir aqui “ação” com voluntarismo, nem “sujeição” com dominação (Butler, 2020). A teoria de gênero performativo, ao criticar a heteronorma, interroga as formas pelas quais somos ensinados a compreender a nós mesmos, explorando as diversas maneiras possíveis de nos constituirmos como sujeitos.

Assim, essa teoria desafia a noção de que a agência de um sujeito seja puramente voluntária. Contudo, isso não significa negar ao indivíduo a possibilidade de agir (Butler, 2018a). Em vez disso, o gênero como performatividade sugere que a subjetivação ocorre dentro de um campo que permite ao sujeito resistir, subverter ou ressignificar as imposições sociais. Reconhece, portanto, a capacidade de ação subjetiva.

Nessa mesma direção, a cisgeneridade emerge aqui como categoria útil para questionar as concepções de gênero e sexualidade vistas como naturais, originais (Lopes, 2018). Esse conceito vai além de simplesmente nomear pessoas não trans ou heterocisgêneras; ele expõe o caráter inautêntico dos gêneros, desafiando as noções convencionadas de poder e conhecimento (Bonassi, 2017). Como podemos reavaliar as categorias de gênero a partir dessa crítica à noção rígida de autenticidade?

Numa possível leitura foucaultiana, o cisgênero pode ser visto como uma norma que é constantemente reproduzida, diria Butler. Foucault, assim, oferece uma maneira de analisar a cisgeneridade não como um marco identitário, mas como uma ferramenta de controle, uma construção historicamente situada e sujeita às relações de poder e saber. A cisgeneridade, dessa maneira, ao expor a artificialidade dos gêneros, não só identifica as identidades cisgêneras, mas expõe que todas as identidades são construções.

Esta pesquisa questiona como as normas de gênero delimitam o que é considerado “lícito” ser e como, ao classificar o gênero não cis como “outro”, reproduzimos uma lógica de produção de subjetividades precárias (Butler, 2011). Ao tratar a diferença como uma exceção, essa lógica cis-normativa reforça ontologias históricas que se apresentam

como únicas e universais. O discurso da “tolerância”, como inclusão excludente (Veiga-Neto; Lopes, 2007), contribui assim para a naturalização do gênero hétero como norma essencial e neutra (Swain, 2009).

Judith Butler (2018b) propõe que o gênero é uma ação repetida, um processo contínuo de “fazer” o gênero. Isso abre a possibilidade de pensar em uma “zona de não-identidade”, onde as categorias são transformadas. Essa zona não implica em criar um “gênero livre”, mas pode funcionar como uma forma de resistência ao que Foucault chama “normalização”.

Em vez de acomodar a “diversidade”, a abordagem butleriana aponta que o autoexame crítico nos torna seres éticos, específicos e significativos (Butler, 2020). É possível aproximar aqui ao conceito de “gênero performativo” a noção de “cuidado de si” foucaultiana, a fim de repensarmos as histórias em níveis mais granulares, considerando tanto as repetições sujeitantes quanto as microrresistências. Como desafiar a moralidade que nos governa, elaborando a nós mesmos, de modo a contribuir para a transformação social?

Esses conceitos interligados orientam a análise dos efeitos formativos da cis-heteronormatividade enquanto matriz que organiza e dá sentido à existência individual. Adoto a problematização da “hipótese repressiva” de Foucault, que aborda o poder como algo que não se limita a ações de interdição, mas que organiza silêncios e estabelece formas específicas de controle e regulamentação. A cisgeneridade compulsória, como forma de inteligibilidade social, ao situar a subjetividade no âmbito político (Moirá, 2017), permite uma ontologia crítica do presente.

A empresária da noite e militante travesti Andréa de Mayo traz uma contribuição significativa para essa reflexão. Suas vivências, marcadas por performances públicas e afirmações de autonomia, transformam-se num “teatro provocador do escândalo da verdade” (Foucault, 2011, p. 163). Andréa, ao se posicionar publicamente como uma figura entre a travesti e a estrela, encarna a noção de que a identidade de gênero é uma performance performativa. Sua existência nos mostra como a construção do gênero

envolve um esforço contínuo de ficcionalização em que o passado, o presente e o futuro estão interligados.

Estou me valendo das ideias de Judith Butler sobre assujeitamento, subjetividade e consciência de si. Butler destaca que o sujeito é um espaço de invenção e transformação, pois “sempre recupero, reconstruo e encarrego-me de ficcionalizar e fabular origens que não posso conhecer” (Butler, 2017, p. 55). Ressignificado por Butler, o conceito de “técnicas de si” de Foucault explica como as pessoas se controlam, se entendem e se transformam.

O “cuidado de si”, conceito incorporado por Butler, refere-se à autoformação por meio de práticas repetidas, discursos e atos que não são apenas uma adaptação ao poder, mas também uma maneira de reconfigurar os significados e as normas associadas ao gênero e à identidade. O trabalho de Andréa de Mayo indica, como veremos, que a teoria performativa de gênero de Butler constitui uma prática. As histórias de Andréa de Mayo oferecem uma metáfora para entender a teoria de Butler sobre performatividade, desafiando as categorias rígidas e propondo uma forma outra de ser.

O “cuidado de si” implica um processo de construção diária que é simultaneamente pessoal e político e que é permitido por práticas repetidas e pelo uso criativo da linguagem. A performance de gênero, assim, não é apenas uma repetição, mas também um campo de experimentação. O trabalho de Andréa de Mayo é um exemplo dessa dinâmica, não sendo apenas uma “resposta” ao poder.

Referencial teórico ou Teorizações

Alinhado ao criticismo foucaultiano, neste artigo, enfatizo o processo contínuo e dinâmico de produção de saberes, sublinhando que a prática teórica não é algo isolado ou definitivo, mas está em constante transformação. Aponto que as teorias não são algo que simplesmente se aplica, mas algo que se produz, se transforma e se negocia.

Aqui, a teoria da performatividade de gênero, proposta por Judith Butler, serve como ponto de partida. Butler argumenta que o gênero não deve ser compreendido como

uma identidade fixa ou essencial, mas sim como uma prática repetida, um ato performático que se constrói em relação às normas sociais e históricas. Para Butler, o gênero não é algo que se possui, mas algo que se faz, sendo uma série de atos e discursos. Assim, as normas de gênero são continuamente reproduzidas através das nossas ações. Nesse processo existem espaços de resistência, onde novas formas de subjetividade podem emergir.

Se concordamos que a construção do conhecimento não é um ato estático, mas um processo relacional, que se refaz e se redefine constantemente, podemos dizer que a teorização é performativa. Assim é que o trabalho de Foucault sobre o poder, o cuidado de si e as “técnicas de si”, ressignificado por Butler, ajuda a entender como as práticas discursivas, históricas e sociais constituem as subjetividades.

Abordo a cisgeneridade, a visão de que o gênero de uma pessoa corresponde ao sexo designado, como um regime que organiza as categorias de gênero de forma rígida. Lembro que as teorias e categorizações precisam ser criticadas por seu potencial essencialista. Para Foucault, a teoria não é uma abstração, as teorias não são verdades absolutas ou universais, elas são construídas a partir de práticas discursivas, atravessadas, por sua vez, pelas relações de poder.

Assim, as teorias sobre o gênero não são meras explicações objetivas ou definitivas, são também práticas. Aplicam-se às próprias teorizações sobre identidade e gênero as críticas dirigidas à cisnormatividade. Em vez de fixar as identidades e categorias de gênero em modelos imutáveis, as teorias podem funcionar como ferramentas para abrir espaços de questionamento.

Por meio da análise das histórias de Andréa de Mayo, balizada por essas concepções teóricas, destaco a importância da autonarração como uma contraprática subversiva. Como veremos, Andréa ficcionaliza e reconfigura suas origens, criando a cada vez uma nova narrativa sobre si mesma. Sua performance de gênero não se dá simplesmente como adaptação a expectativas externas, mas como um esforço contínuo de autoinvenção. Esse processo dramatiza a teoria de Butler, sugerindo que o gênero não é algo que se recebe ou se adapta, mas algo que se faz.

Ao recontar sua história repetidamente e de forma ficcionalizada, Andréa cria novas versões de si mesma. A cada uma dessas reinterpretações, ela reconstrói sua identidade continuamente. Sua trajetória é uma performance que questiona e distorce as fronteiras rígidas do gênero. Essa prática de reescrever suas origens e seu relato é condizente com a teoria da performatividade de Butler, segundo a qual o gênero não é algo preexistente ou que se “recebe” de fora, mas uma prática que se faz e se refaz historicamente, através de ações e escolhas individuais, um campo de luta e de possibilidade.

Aspectos metodológicos ou Estratégias da pesquisa

Como dito, este artigo examina as subjetividades travestis em São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, com ênfase no trabalho de Andréa de Mayo. Enfocando os discursos da imprensa e as práticas de resistência e afirmação do gênero travesti, exploro os processos de assujeitamento, subjetivação e desassujeitamento que perpassam essas histórias.

A análise de discursos da imprensa da época é a principal estratégia metodológica da pesquisa. Esses discursos, presentes em jornais, revistas e outros meios de comunicação, possibilitaram que as subjetividades travestis se afirmassem e resistissem, como indicarei.

Em Foucault, os discursos são sempre produzidos nas relações de poder. No contexto da imprensa, esse poder é visível na maneira como as travestis são constantemente descritas como “fora de lugar”. Ao serem discutidas na imprensa, as travestis conseguiam também afirmar seu gênero. Faziam isso não apenas pela negação dos discursos que as interpelavam, mas pela reconfiguração dos espaços discursivos. Isso mostra que, apesar de o poder ser onipresente, ele não é totalmente opressor.

A imprensa, embora um espaço de regulação discursiva, também funcionou como um campo de batalha onde as travestis puderam se posicionar, subvertendo os discursos que estavam sendo construídos sobre elas. Como Foucault nos ensina, o poder é também

produtivo: ele cria sujeitos e cria também as condições para a sua desconstrução. Ao serem visibilizadas, as travestis não estavam apenas sendo sujeitas ao olhar do outro, mas também criando novas formas de existência.

A relação entre assujeitamento e desassujeitamento é vital para compreender aqui as relações de poder que permeiam as subjetividades travestis. Quais as condições históricas e sociais que permitiram a produção de discursos sobre travestis na imprensa? Quais são as possibilidades de resistência dentro desses discursos? A metodologia proposta aqui é sensível a essas especificidades, evitando uma aplicação genérica de categorias analíticas. Procura entender as relações e as condições históricas que forjam os discursos, as condições que possibilitam sua emergência, as estratégias discursivas que buscam normatizar e disciplinar as subjetividades, ao mesmo tempo que se abrem à subversão.

O discurso não é algo que se “possui”, mas sim uma rede de práticas sociais e históricas que define o que pode ser dito, quem pode falar e com que autoridade. A análise de Foucault ajuda a evidenciar a maneira como a imprensa não só impõe formas de assujeitamento. Em Butler, o “relatar-se” envolve uma negociação com os discursos que regulam quem pode “ser” reconhecido ou não. Assim, é necessário um trabalho no interior desses discursos, que não os nega completamente, mas os reorganiza. A imprensa emerge então como um campo de disputa discursiva, onde diferentes sujeitos negociam seu lugar.

A análise do “relatar-se”, proposta por Butler, é fundamental para identificar as subversões experimentadas pelas travestis. É necessário apontar nos textos da imprensa, não apenas as repetições e as normas que definem o que é dito sobre as travestis, mas os momentos em que esses discursos são reconfigurados. Em vez de uma abordagem simplista, é preciso complexificar, reconhecendo como os discursos, embora reguladores, podem ser também espaços de liberdade e reinvenção.

Ao invés de tratar os discursos como simplesmente instrumentos de opressão ou normatividade, é possível perceber que há dentro desses mesmos discursos uma possibilidade de subversão. A própria repetição de normas pode ser um espaço para a contestação. Ao estudar esses espaços de subversão, é possível identificar as formas de

resistência que emergem dentro das condições limitantes impostas, reconhecendo que os discursos de gênero também podem ser usados para afirmar novas possibilidades. Essa análise leva em conta as estratégias de agência que as travestis utilizam para reescrever suas histórias e afetar os significados que lhes são atribuídos.

“Travesti pinta o rosto” ou Resultados e discussão

Em 1979, a paulistana Andréa de Mayo interpreta a travesti prostituta Geni no musical “A ópera do malandro”. Tratava-se de uma adaptação, dirigida pelo encenador e ator Luís Antônio Martinez Corrêa, para o espetáculo de Chico Buarque. Causa alvoroço, na encenação, o peito hormonizado e os cabelos crespos da travesti, sua performance cantando. Sua presença desperta hostilidades. Filha de uma faxineira da TV Excelsior, Andréa, com pouco mais de vinte anos, tentava a carreira artística. Nascida na zona norte da cidade, ela deixou sua casa ainda na infância, expulsa pela homofobia da vizinhança de classe média. Sua existência é uma constante interrogação sobre o conceito de “pessoa” e sobre o que torna a vida possível, como veremos nesta seção.

No final da década de 1970, frequentadora assídua da *Val-Improviso* – conhecida boate inaugurada em 1975 sob o viaduto Minhocão –, Andréa começa a se estabelecer (Felitti, 2022). Em 1983, ela organiza o concurso Miss São Paulo Travesti. Na década seguinte, assume a *Prohibidu's*, um famoso bar na Amaral Gurgel que acolheu travestis naquele momento. Andréa alugava vagas em apartamentos que comprou. Tornou-se conhecida por proteger as travestis que se prostituíam no centro da cidade, um ambiente hostil para elas na época. Mesmo podendo atuar nas boates, as travestis não eram aceitas como frequentadoras nesses locais. “É proibido ser viado nesse país”, costumava dizer. “Travesti pinta o rosto” era outro de seus bordões.

Em 1993, Andréa de Mayo, representante da Associação de Travestis de São Paulo, foi entrevistada pela revista Manchete. A matéria abordou o assassinato de travestis e a violência causada pela travestifobia, pouco reconhecida na época, não nomeada. A revista ironizou as mortes de travestis e homossexuais com expressões como

“a comunidade gay arregaçou as plumas” e naturalizou a violência ao afirmar que seria “melhor morrer de tiro do que de tédio”. Cito a matéria:

Andréa de Maio, que já viveu a personagem Geni na peça de Chico Buarque e Ruy Guerra [...] é o presidente da associação de travestis de São Paulo, que já conta com 200 associados e um universo estimado em 10 mil travestis e transformistas. Sem papas na língua, *ela* resolveu jogar no ventilador da sociedade paulistana aquilo que mandaram jogar na Geni que viveu no teatro. “Muitos policiais e pais de família saem com a gente. Quando chegam em casa, eles passam a dar lições de moral”. [...] Andréa explica que o objetivo do grupo é conscientizar a sociedade para os direitos dos travestis: “não existe lei que proíba homem de vestir roupa de mulher” (Revista Manchete, 1983, p. 66).

Andréa foi apresentada em imagens contrastantes (Figura 1), associando masculinidade à ação. Retratada com terno e gravata – “na hora de lutar pelos direitos dos gays”, é o que diz a legenda da foto –, o que sugeria uma ameaça à estabilidade da norma que prescreve “a cada um sua identidade sexual primeira, profunda, determinada e determinante; quanto aos elementos do outro sexo que possam eventualmente aparecer, eles são apenas acidentais, superficiais, ou mesmo simplesmente ilusórios” (Foucault, 1982, p. 2). Como vimos, a travesti manipula os espaços de reconhecimento disponíveis para destacar as injustiças que ela e outras enfrentam. Utiliza a performatividade como uma ação política, desafiando a desumanização e a precarização do corpo travesti.

Durante a epidemia de aids, que ela descreveu como “mais um inimigo” (Felitti, 2022), reafirma sua postura militante (Nicolau, 2023). Desafia a cisgeneridade, não nomeada à época, expondo a violência ética que permeia a sociedade (Butler, 2017). Andréa critica o comportamento de policiais e “pais de família” que, após saírem com travestis, impõem “lições de moral”. Em uma entrevista de 1988, uma vez mais, ela subverte a norma heterossexual com um discurso direto e provocador, como veremos, questionando os valores familiares e a falácia do gênero cis como algo “natural”.

Figura 1 – Andréa de Mayo em reportagem da Revista Manchete.



Fonte: Reprodução da reportagem. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 13 out. 2023.

Para Foucault, a “vida militante” busca desmascarar as hipocrisias dos valores aceitos e representar a “verdadeira vida”. Essa luta vai além da transgressão pessoal, é uma crítica que visa alterar os modos como a sociedade se enxerga. Exige vigilância sobre como o poder se manifesta e se reproduz.

Andréa desafia as divisões entre sujeito e abjeto, como vemos nas suas observações na já referida entrevista em 1988, no programa de Hebe Camargo: “Eu sou um palhaço de luxo, que faz a sociedade se divertir à noite. [...] Meu filho é artista. Viado é o filho do vizinho, não é verdade?” (Andréa de Mayo, 1988). Com uma linguagem áspera, o discurso de Andréa é endereçado aos que a consideram uma ameaça à “família cristã nacional” e temem a destruição da ordem heteropatriarcal.

Ao “pintar o rosto” e “arregaçar as plumas”, Andréa contribui para a desconstrução de uma ética violenta que divide a humanidade em categorias binárias. A confrontação entre Andréa e os discursos de ódio (Butler, 2021) expõe o papel

fundamental da linguagem. Ao reproduzir injúrias, as reportagens contribuem para a disseminação desses discursos. Ao mesmo tempo, a persistência de tais atos de fala (Austin, 1990) indica ainda que as pessoas se reinventam diante das tentativas de controle discursivo. Andréa evidencia como as diferenças corporais, historicamente naturalizadas, servem para justificar desigualdades e hierarquias.

A notícia, como ato performativo, não consegue aniquilar completamente a possibilidade de ressignificação. A linguagem não é um meio de descrever a realidade, mas uma força capaz de transformá-la. Ao pronunciar certas palavras, realizamos ações, criamos realidades e estabelecemos relações. Ao afirmar que os corpos carregam a linguagem em seus poros e veias, a intenção é mostrar como os discursos se tornam parte de nós, como se fossem escritos em nossos corpos. Não se trata de uma relação de causa e efeito simples, mas de uma imbricação complexa entre sujeito e discurso, onde ambos se constituem mutuamente.

Dizer que o jornal é fundamentalmente discursivo significa reconhecer que a produção jornalística não é mera transcrição da realidade. O jornal não é um espelho que reflete o mundo de forma objetiva e neutra, é um espaço de produção de sentidos. Ao sensacionalizar imagens de violência, como vimos, a imprensa retrata a ofensiva que, na ditadura, sujeita as travestis a batidas da polícia, revistas, extorsões, humilhações, prisões e torturas. Ao se referir em reportagens à tática de automutilação com gilete como “*habeas corpus* das travestis” (Andréa de Mayo, 1985), fazendo referência a autolesão como forma de resistência e sobrevivência, Andréa de Mayo usa uma metáfora jurídica para evidenciar que as palavras e imagens constroem uma versão da realidade.

Andréa parece encarnar a prática política que Foucault descreve como uma vida em ruptura, “uma irrupção dissonante da ‘verdadeira vida’ que quebra o concerto das mentiras e das falsas aparências, das injustiças aceitas e das iniquidades dissimuladas” (Gros, 2011, p. 314). Ao destituir o gênero cis de sua autoridade, enfrentando uma ordem que naturaliza corpos e comportamentos, ela trabalha para “provocar os outros a perceberem que se enganam, se desviam da realidade e desmascarar a hipocrisia dos valores aceitos” (Gros, 2011, p. 314). Adotando a consciência da precariedade

compartilhada como base para a desejada transformação social, a vida militante de Andréa de Mayo aponta nossa vulnerabilidade coletiva. A precariedade aqui não é apenas um estado de fragilidade individual, mas uma condição política e social.

Ao invés de um sujeito autônomo e pré-existente, Foucault nos apresenta um sujeito que emerge das relações de poder. O que consideramos como “verdade” sobre nós mesmos e sobre o mundo é produzido através de discursos. A voz de Andréa é silenciada pela imprensa, que a transforma em “cafetina-travesti” e “travesti quarentão e desleixado”. Ao se autodenominar “palhaço”, comparando a vida de uma travesti à de um palhaço, Andréa, que dizia “travesti está sempre vestido de palhaço, é Carnaval o ano inteiro”, reflete sobre os jogos de poder que definem o que é ser humano.

Os processos de autoprodução que Foucault descreve são centrais para entender a militância de Andréa. As tecnologias que permitem que os indivíduos confessem seus pensamentos e desejos não falam apenas sobre o indivíduo, mas também sobre como as práticas de subjetivação podem ser subversivas. Encorajada a falar sobre si mesma, a travesti demonstra uma compreensão crítica das práticas de poder que visam a tornar útil o corpo. Ela se inscreve em um espaço de visibilidade. Longe de ser um simples ato de exibição, sua fala e sua presença são um modo de existência que não se submete às exigências de conformidade. Funcionam como uma estratégia deliberada de desestabilização das normas que governam os corpos e as identidades.

Considerações finais

Neste artigo, refleti sobre as relações de poder que sustentam formas binárias de socialização e induzem à autorregulação. O gênero travesti, como apontei, não está isento dessa estrutura histórica. Através de suas histórias, as travestis, como Andréa de Mayo, criam espaços de existência próprios, nos quais afirmam sua agência. Destacando Andréa como figura central, explorei a interseção entre visibilidade e construção da subjetividade travesti nas décadas de 1970 e 1980. Ao apontar as possibilidades de transitar da sujeição

para o autogoverno, a existência de Andréa mostra que “dizer a verdade sobre si” pode ser entendido como uma prática ética.

Andréa morreu em um momento em que as travestis não podiam retificar seus documentos oficiais e as lápides criavam uma falsa impressão de que gêneros divergentes simplesmente não existiam. Em 2016, uma placa no túmulo dela no cemitério da Consolação a reconheceu por seu nome. Isso indica que os sujeitos são sempre ativos e que a subjetivação é um processo de ressignificação contínua das relações de poder. Andréa se tornara a “mãe de todas as travestis”. Quando de sua morte, em 19 de maio de 2000, o texto-obituário assinado por Erika Palomino, na coluna “Noite Ilustrada” do jornal *Folha de S.Paulo*, afirma que Andréa guardava consigo um “mundo perigoso e cheio de regras veladas” (Palomino, 2000). Na morte de Andréa, somos convidados a refletir sobre como as travestis desenvolvem códigos de conduta específicos para sobreviver.

A sujeição, como vimos, gera possibilidades de autotransformação, de “conversão a si” ou subjetivação. Seguindo a linha de pensamento de Foucault e Butler, o desassujeitamento vai além do autoconhecimento ou da renúncia a si. Trata-se de um processo de autoconversão ética que desafia a respeitabilidade. Começa com a recusa de identidades impostas. Em vez de aceitá-las, o indivíduo se envolve em um processo de desconstrução dessas categorias, reconhecendo-as não como verdades naturais ou essenciais. Isso envolve uma reflexão crítica, além de uma escolha consciente de viver de acordo com princípios éticos autênticos, em vez de simplesmente se conformar.

Para Andréa, a “naturalidade” é uma farsa, pois “todos representam”. O “natural” é produzido como efeito de verdade, uma “comédia intrínseca, paródia constante de si mesma”, diria Butler (2015, p. 211). A travesti muitas vezes citava a canção de Vanusa, *Sonhos de um palhaço*: “o mundo sempre foi/ um circo sem igual/ onde todos representam bem ou mal”, sugerindo a natureza performática do ser. Andréa dramatiza a teoria de Butler, que vê o gênero como um ato repetido, uma série de performatividades que constroem a aparência de uma identidade estável. Ao mesmo tempo, sua agência aponta as normas de gênero e identidade como performances falíveis.

Butler, em sintonia com Foucault, mostra que a vulnerabilidade, e não a onipotência do poder, é o que permite que este seja eficaz. O êxito do poder “está na proporção daquilo que consegue ocultar entre seus mecanismos” (Foucault, 2012a, p. 96), mecanismos estes que não se limitam à interdição ou exclusão. O trabalho de Andréa de Mayo, ao pensar a “naturalidade” do gênero como uma farsa, abre espaço para a criação de novas formas de subjetividade que não se limitam a simplesmente negar o que é imposto.

Nestas linhas, através da lente da teoria da performatividade de Butler, levanto problematizações que merecem maior aprofundamento. Destaquei acima a importância das histórias da travesti Andréa de Mayo, que não podem ser tomadas como representações universais, exigindo a consideração de outras pesquisas, ressalto. É fundamental, ainda, uma reflexão sobre o risco de universalizar experiências que são singulares e contextuais. A existência de Andréa, marcada por sua atuação política e visibilidade na mídia, representa uma das muitas formas de subjetividade travesti, mas não deve ser interpretada como representativa de todas as pessoas travestis.

A visibilidade de Andréa de Mayo e outras está ligada ao processo de construção discursiva sobre o que significa ser travesti. A construção de uma imagem pública de resistência, como a vivida por Andréa, integra um jogo complexo de exposição e controle, em que as travestis, ao se tornarem visíveis, muitas vezes se veem aprisionadas a imagens que não correspondem às suas vivências. Além disso, as resistências muitas vezes se traduzem em uma visibilidade que se adapta aos padrões de consumo e aceitação, o que pode diluir o seu caráter disruptivo e transformador. O discurso sobre o “ser travesti” é, portanto, fortemente normatizado pela lógica binária de que existem identidades “autênticas” e outras que são vistas como transgressoras. A travesti, assim, aparece como uma figura que desafia as normas, mas ao mesmo tempo é forçada a se submeter a elas, através de uma “performance” de transgressão.

Nesse sentido, a visibilidade não é apenas uma questão de representação, mas também de estratégia política. A imagem da travesti que aparece como uma “mãe de todas”, como Andréa de Mayo, deve ser vista como integrante da disputa sobre o

significado das subjetividades travestis. Essa imagem carrega consigo uma série de implicações políticas, ela é parte de um movimento contínuo, que não se limita aos moldes preexistentes que buscam definir quem são as travestis e o que elas representam.

Referências

ANDRÉA DE MAYO. In: COMANDO da Madrugada: Vida de Travesti, **TV Bandeirantes**, 1985. (66 min.). Disponível em <https://youtu.be/70hpKzDPOwk>. Acesso em: 13 out. 2023.

ANDRÉA DE MAYO. In: PROGRAMA Hebe: Travestis, **Sistema Brasileiro de Televisão**, 1988. Disponível em <https://youtu.be/IHfMPPiSWeA>. Acesso em: 13 out. 2023.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BONASSI, Brune Camillo. **Cisnorma**: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. 2017, 121f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. São Carlos: Contemporânea, 2011. p. 13-33.

BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução de Gustavo Hessmann Dalaqua. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 22, p. 159-179, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. Fundações contingentes: feminismo e a questão do “pós-modernismo”. Tradução de Fernanda Veríssimo. In: BENHABIB, Seyla et al. **Debates feministas**: um intercâmbio filosófico. São Paulo: Editora UNESP, 2018a. p. 61-92.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de leituras**, n. 78, p. 1-16, 2018b.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago França. São Paulo: N-1 edições, 2020.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

ESTÃO matando todos os travestis de São Paulo e Andréa vira homem. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1993.

FELITTI, Chico. **Rainhas da noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Tradução de Irley Franco. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? In: FOUCAULT, Michel. **Por uma vida não-fascista**. Organizado por Coletivo Sabotagem, 2004, p. 144-170.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. O governo de si e dos outros II. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. São Paulo: Edições Graal, 2012a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 2012b.

GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. O governo de si e dos outros II. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011. p. 301-316.

LOPES, Fábio Henrique. Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (org.). **História e teoria queer**. Salvador, BA: Devires, 2018.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017.

NICOLAU, Marcio. **Luzes, Wonder, ação!** Subjetividades travestis em São Paulo, décadas de 1970 e 1980. 2023, 208f. Tese (Doutorado em História). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2023.

PALOMINO, Érika (2000). In: HISTÓRIAS de um underground brasileiro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 mai. 2000, p. 21. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 6 out. 2022.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura. Inclusão e governamentalidade. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 947-963, 2007.

SWAIN, Tânia Navarro. Heterogênero: “uma categoria útil de análise”. **Educar**, n. 35, p. 23-36, 2009.

Travestis subjectivities in São Paulo (1970-1980): the militant life of Andréa de Mayo
and the travesti gender

Abstract: This article analyzes the emergence of travestis subjectivities in São Paulo in the 1970s and 1980s, taking as a reference the stories of the travesti activist Andréa de Mayo. The research focuses on the discourses present in the press, investigating the processes of subjection and subjectification, in addition to the strategies of desubjectification made possible by continuous self-narration. The main objective is to demonstrate how travestis created their own stories and positioned themselves. The contribution of the research is to highlight the intersection between militancy and subjective construction, expanding the understanding of practices of resistance and subjectivation.

Keywords: Andréa de Mayo. Gender. Travestis.

Recebido: 29/07/2024

Aceito: 29/04/2025